

Como citar este texto: PEREIRA, S.M. A fala oculta do espaço doméstico: padrões familiares incorporados no *layout* de apartamentos na Lisboa contemporânea. Traduzido do inglês por Felipe Anitelli. **VIRUS**, São Carlos, n. 5, jun. 2011. Disponível em: <<http://www.nomads.usp.br/virus/virus05/?sec=4&item=9&lang=pt>>. Acesso em: dd mmm aaaa.

A fala oculta do espaço doméstico: padrões familiares incorporados no *layout* de apartamentos na Lisboa contemporânea¹

Sandra Marques Pereira

Sandra Marques Pereira é socióloga e Doutora em Sociologia, pesquisadora do Centro de Estudos sobre a Mudança Socioeconômica e o Território (DINÂMIA-CET), do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE), Portugal, pesquisa cenários domésticos e modos de habitar, trajetórias residenciais e a metropolização de Lisboa.

Resumo

Este trabalho corresponde a um desenvolvimento inicial de uma pesquisa que deu origem a uma tese de doutorado, denominada "Casa e Mudança Social: interpretando as mudanças na sociedade Portuguesa através da casa", concluída em 2010 no ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, Portugal. Para identificar uma tipologia das estruturas domésticas, desenvolvemos uma análise de conteúdo das plantas internas da habitação, usando anúncios imobiliários que foram publicados em um jornal semanal popular Português (N = 70). A análise identifica uma tipologia composta por seis tipos de estrutura doméstica: 1) matriz moderna pura; 2) a transição tradicional-moderno; 3) a privatização conjugal contínua ou a matriz moderna com reforço moderado de privacidade conjugal; 4) a privatização genérica contígua; 5) a privatização conjugal radicalizada; 6) a privatização genérica radicalizada. Apesar da predominância da matriz doméstica moderna desenvolvida pelos arquitetos do Movimento Moderno, as poucas mudanças observadas foram essencialmente relacionadas com a esfera privada do lar: a área dos quartos. Isto deve ser interpretado como a personificação parcial de um dos principais aspectos da sociedade contemporânea: o processo de individualização e a necessidade de autonomia dentro da família.

Palavras-chave: Cultura material, Lisboa, evolução da habitação, padrões familiares

¹ Esse artigo é uma adaptação de um trabalho apresentado na Rede Européia de Investigação em Habitação (ENHR) de 2006, em Ljubljana na Eslovênia.

A habitação como cultura material

O objetivo geral desse trabalho é desconstruir os sistemas de significados incorporados em alguns dos principais tipos de habitação que têm caracterizado o desenvolvimento de Lisboa ao longo do século XX. O argumento central está relacionado com o grande potencial heurístico incorporado na produção material, como o ambiente construído. É resultado de uma abordagem cultural da habitação, que sublinha a sua dimensão comunicativa. Toda a produção material humana materializa algumas intenções que dão alguma força às culturas técnicas daqueles que estão envolvidos no processo. A probabilidade de conflito aumenta com o crescente número de atores envolvidos e isso é particularmente visível no setor imobiliário. Além da compreensão do processo produtivo de um determinado bem e do bem em si como um recurso para capitalização – seja por parte de um indivíduo, empresa ou até mesmo um grupo profissional –, há uma outra dimensão, muito menos reflexiva e que resulta do fato de todos os seres humanos serem socialmente enquadrados. O conceito de cultura material, assim, nos dá uma percepção das mercadorias como a expressão material do sistema de valores e normas de uma sociedade específica. Ele dá materialidade ao universo menos tangível dos conceitos.

Mas, apesar de se concentrar na análise dos tipos de habitação dominante, que se referem diretamente ao espaço de ancoragem da unidade social da família, privilegamos suas representações sociais; o núcleo da nossa análise é o modelo familiar e as orientações normativas relativas que são incorporadas no espaço e que são lidas a partir dele. Essa abordagem é baseada na tipologia familiar criada na década de 1940 por Burgess e Locke e, posteriormente, revisado por Roussel (1992). Mesmo que sua explicação detalhada tenha intencionalmente ocorrido ao longo da explicação dos resultados, por enquanto vamos apenas fazer um breve, mas essencial, comentário: o propósito de que a tipologia serve para compreender a evolução da família na sociedade moderna, assumindo como critério central a especificidade das suas relações, isto é, no que se refere ao seu nível de democracia interna e paridade.

No entanto, não assumimos que haja uma estrita correspondência entre um tipo específico de habitação e um tipo específico de família, pois a realidade da vida social é muito mais complexa e heterogênea (ABOIM, 2005; BAWIN-LEGROS, 2001) que o universo de habitações, algo que, como comprovaremos, é muito mais homogêneo e unificado. Ao olhar para o espaço interior de uma habitação, é possível identificar um *sistema espacial doméstico* específico que é uma combinação de ambientes distintos ou compartimentos, que são designados para atender a prática de diferentes atividades domésticas - funções. Os compartimentos são então organizados, quer parcialmente como globalmente, por algumas regras e, como um todo, eles prefiguram uma unidade autônoma com uma lógica própria que lhes dá alguma inteligibilidade. Se concordarmos com isso, então fazemos a seguinte pergunta: o que pode um sistema doméstico nos dizer, não exatamente sobre seus ocupantes, mas sobre a perspectiva que seus produtores têm sobre os seus potenciais ocupantes, seus papéis, status e relações? Supondo

que esse sistema doméstico pode ser percebido como um todo, no qual a inteligibilidade não resulta da soma de suas partes, mas da especificidade de cada uma dessas partes (composição funcional), bem como da posição relativa que cada uma delas assume no todo (estrutura), o que ele diz sobre os modelos de família que os construtores e arquitetos tinham em mente, mesmo que esses modelos não sejam completamente racionalizados por esses atores?

Essa pesquisa começou com um interesse inicial tanto no setor imobiliário como nos estudos sobre a morfologia da habitação, que foram essencialmente desenvolvidos para a cidade de Lisboa. No que diz respeito a esta última questão, é no campo da arquitetura onde encontramos uma tradição de pesquisa mais consolidada. No campo da Sociologia, a maioria dos textos assume a morfologia como uma dimensão menor ou satélite resultante de focar as análises sobre políticas públicas de habitação (BAPTISTA, 1996; GROS, 1994; JANARRA, 1994) ou sobre o seu impacto sobre o modo de vida e nível de satisfação do seu alvo (FREITAS, 1998). Há de fato uma tradição na sociologia que privilegia o setor público, em oposição ao setor privado. No entanto, existem algumas exceções na pesquisa portuguesa, as quais nos referimos brevemente: é o caso do trabalho desenvolvido sobre a habitação clandestina, bem como sobre a habitação de emigrantes (CASTRO, 1998; FERREIRA et al., 1985; PINTO, 1998; VILLANOVA et al., 1995). Ambos foram bastante representativos no conjunto da cena de habitação portuguesa e tem uma forte dimensão simbólica, consolidada através de uma estrutura peculiar de gosto. Mais recentemente tem havido algum interesse em torno do tema dos condomínios fechados, que tem muitas vezes uma forte orientação normativa decorrente da vontade, mais ou menos assumida, de criticar a destruição do conceito moderno de espaço público. (FERREIRA et al, 2001; RAPOSO, 2002)

Como já dissemos anteriormente, é na arquitetura que o trabalho sobre a morfologia da habitação é mais rico, algo compreensível devido à familiaridade desse campo específico com o objeto de estudo: o espaço. Mas, dado que a maioria dos estudos tipológicos desenvolvidos em arquitetura se centra em três critérios– morfológicos, estilísticos e funcionais (LAWRENCE, 1994, p.272) – deparamo-nos com uma certa falta de interpretação e com um excesso descritivo. Esse comentário não sugere, contudo, que esses estudos são fracos ou mesmo superficiais: esse forte componente descritivo pode ser desenvolvido como um recurso crucial para o diagnóstico, a fim de resolver alguns tipos de patologias, para orientar as estratégias de reabilitação ou para definir as diretrizes de classificação patrimonial. No entanto, após revisão bibliográfica sobre o assunto há um forte desejo de dar outro tipo de interpretação a essa enorme quantidade de informações. Neste sentido, o desafio era fazer uma *tentativa exploratória de uma análise conotativa do espaço doméstico*.

Abordagem metodológica

Há alguns aspectos que devem ser clarificados. Alguns deles, na medida em que contribuem para uma circunscrição do universo de estudo, podem restringir o conteúdo de análise para certa uniformidade. Em primeiro lugar, salientamos a adoção de três critérios intencionalmente restritivos: 1) a um território que nos leva a circunscrever a investigação à cidade de Lisboa, 2) o outro está relacionado ao tipo de construção, sendo a nossa opção de se concentrar apenas na habitação coletiva, tipo dominante de habitação em Lisboa, em contraste, por exemplo, com o Porto, onde há tradição relevante de habitação individual, 3) finalmente, a pesquisa analisa apenas o setor privado, apesar da importância do público, não tanto em termos quantitativos, mas mais em termos qualitativos; não podemos compreender a evolução dos modelos de habitação no setor privado, o qual é completamente dominante em Portugal, se não olharmos para o público, nomeadamente durante o regime autoritário - a matriz que caracteriza a maioria dos modelos de habitação em Lisboa, o Moderno, surgiu no setor público. Em segundo lugar, devemos chamar a atenção para o nosso compromisso com uma perspectiva diacrônica. Esta opção segue de certa forma o conceito de sociogênese desenvolvido por Norbert Elias, apesar de, neste caso, assumir um período muito mais curto (ver também LAWRENCE, 1987). Assumindo o tempo como uma variável central na modelagem de qualquer fenômeno social, reduz a probabilidade de desenvolver duas formas de pensamento sociológico, igualmente redutoras e simplistas: uma forma de pensamento essencialista e outra que subscreve uma espécie de *big bang sociológico*, que simplesmente ignora todo o patrimônio científico produzido até então. Na verdade, a densidade do fenômeno social só é alcançada se ele é pensado como um processo de longa duração, que pode não ter uma relação linear ou uma direção monista ou mesmo cumulativa: é através da incorporação do tempo na pesquisa sociológica que há mais abertura para compreender o nível de inovação do objeto estudado, bem como as especificidades e as formas que ele assume no presente. Em outras palavras, apenas pela incorporação do tempo, o pesquisador é capaz de compreender e sistematizar o real significado da lógica de mudança social que afeta a sociedade. Além disso, com a progressiva valorização da reabilitação urbana, o espaço das cidades é coabitado por edifícios que foram construídos em épocas diferentes e que encarnam diferentes universos simbólicos.

Nesse artigo vamos apenas incluir a análise dos tipos de apartamento ao longo das últimas três décadas do século 20, apesar do fato de que a pesquisa focou em todo o século. Para o período até a década de 60, que não será analisada aqui, a fonte central de informações foram as pesquisas tipológicas, que já foram desenvolvidas no domínio da arquitetura. Por este motivo, os tipos que foram analisados ao longo desse período são os que já estão institucionalizados nesse campo, como alguns dos tipos mais emblemáticos da história da habitação na cidade de Lisboa, a saber: o "gaioleiro" (até os anos 30), o "Estado Novo" (40) e o "moderno" (a partir do final dos anos 40 aos anos 50). Nos anos 60 há um tipo híbrido que mistura elementos da matriz moderna, que surgiu no setor público, com elementos do tipo

"Estado Novo". Embora esse período não seja desenvolvido nesse artigo, bem como a habitação social, são apresentados na Figura 1 e resumidos em um texto breve.

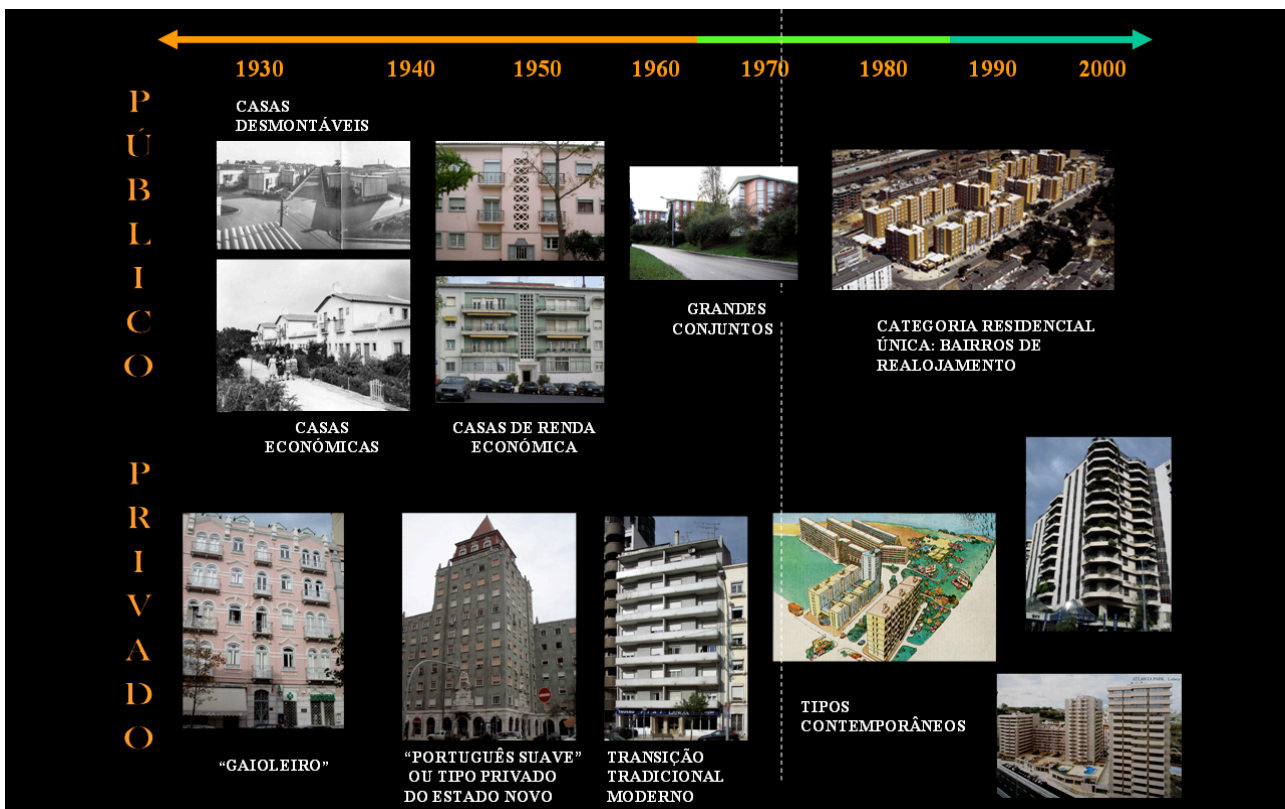


Figura 1. Principais tipos de habitação, privadas e públicas, ao longo do século XX. Fonte: Casas Desmontáveis–Arquivo Fotográfico Municipal de Lisboa; Habitação Econômica: Arquivo Fotográfico Municipal de Lisboa; Habitação Econômica de Aluguel: foto da autora; Grandes Conjuntos: foto da autora; Categoria Residencial Única: Câmara Municipal de Lisboa, 1997:59; "gaioleiro": foto da autora; Tipo "Estado Novo": foto da autora; Transição para o moderno: foto da autora; Habitação Atual; anúncio publicado no Expresso: fotografias do autor; anúncio publicado no Expresso.

Setor Público

- i. HABITAÇÃO ECONÔMICA: a reificação da ideologia do regime ou a dádiva aos institucionalizados;
- ii. CASAS DESMONTÁVEIS: ambiente residencial como um instrumento de doutrinação da classe trabalhadora;
- iii. HABITAÇÃO ECONÔMICA DE ALUGUEL: a resignação às soluções de habitação coletiva e a emergência do modus operandi técnico;
- iv. GRANDE CONJUNTO MODERNO: "a máquina de habitar" ou a criação de condições internas para a democratização da família;
- v. CATEGORIA RESIDENCIAL ÚNICA: a casa como um direito para os excluídos.

Setor Privado

- i. GAIOLEIRO: a emergência da família moderna;

- ii. TIPO ESTADO NOVO OU O TIPO PRIVADO DO REGIME: a reificação do imperialismo português;
- iii. TRANSIÇÃO PARA O MODERNO OU O TIPO MIX: no sentido da democratização da família, ainda não social;
- iv. PRODUÇÃO ATUAL: rápida diferenciação do invólucro versus lenta transformação do interior.

Para últimas décadas - 70 80 e 90 - a principal fonte de informação foi a publicidade imobiliária: reunimos a totalidade dos anúncios que foram publicados num dos jornais semanais mais conhecidos em Portugal - Expresso - desde sua primeira edição em 1973 e 1999 (539). Nesse período, a análise conotativa é precedida por uma sistematização prévia das plantas do espaço interior das habitações: a finalidade desse processo foi encontrar regularidades em termos morfológicos e de composição que dariam alguma inteligibilidade, a partir de uma abordagem sociológica, ao desenvolvimento dos espaços domésticos ao longo do século 20. Uma inteligibilidade alcançada através do reconhecimento dos diferentes tipos de *sistemas de espaço doméstico*.

Apesar das múltiplas dimensões que integram o nosso objeto, cada uma delas com uma relevância peculiar, por ora será privilegiada apenas uma: o espaço interior da habitação, através da análise de sua composição e modo de configuração, para compreender a existência de diferentes sistemas espaciais domésticos. Deve-se dizer que nem todos os anúncios têm a planta da habitação que está sendo comercializada, sendo o número total de plantas analisadas de 70 (N)². Para concluir essa nota metodológica, algo mais deveria ser dito para justificar o caráter exploratório da pesquisa. Embora não seja essencial para esse trabalho, no período até a década de 1960 surgiu a questão científica da representatividade dos tipos estudados em relação ao universo habitacional do período relacionado; de fato, essa representatividade é variável de caso para caso. Quanto ao segundo período - as três últimas décadas do século - acreditamos que toda a publicidade imobiliária, mesmo que circunscrita a um único jornal, tem um inquestionável valor científico, devido ao atual macro contexto de uma economia de mercado. Apesar disso, admitimos duas possíveis fragilidades em termos de representatividade: um primeiro aspecto que está relacionado com a exclusão das promoções imobiliárias que não foram anunciadas ou com aquelas propagandas que não foram incluídas neste jornal. Parece, no entanto, que esse aspecto perde um pouco de sua importância, quando o setor se torna plenamente integrado no mercado, pois nesse contexto a publicidade ganha uma enorme importância - o resultado é uma explosão do número de anúncios, essencialmente, no final dos anos 80. O outro aspecto está relacionado ao fato de que a

² Em alguns casos, há até mais de uma planta. Embora não muito representativos, estes casos referem-se a dois tipos de situações: uma primeira, mais comum, relacionada àqueles anúncios que incluem várias plantas, cada uma delas correspondendo a apartamentos com diferentes dimensões em um mesmo edifício (1 dormitório/2 dormitórios/3 dormitórios etc.); a outra situação, menos usual, quando o construtor ou a agência de publicidade apresenta várias plantas referindo-se a diferentes edifícios.

maioria dos anúncios não inclui as plantas da habitação, algo que reduz as potencialidades, especialmente em termos de pesquisa dos sistemas espaciais domésticos. Essas duas fragilidades só poderiam ser resolvidas se fôssemos capazes de recolher no município o conjunto dos projetos que foram aprovados. Mas isso seria uma tarefa bastante irrealista, por diversas razões, sendo a dimensão burocrática uma das mais dissuasoras.

A relação entre o regime ditatorial e a habitação

A história contemporânea de Portugal deve ser entendida no contexto do desenvolvimento da Europa durante esse período. No início do século XX, o país viveu o fim da monarquia e a implantação da República. No entanto, este regime republicano seria interrompido por um golpe militar em 1926, do qual resultou um governo liderado pelo ditador Salazar. Esse regime autocrático foi chamado de "Estado Novo" e era essencialmente conservador e nacionalista, um regime no qual a sociedade foi organizada e controlada por meio do corporativismo e governada pela trilogia ideológica: DEUS³ - PÁTRIA - FAMÍLIA. O regime iria durar mais de 40 anos, até 1974, quando uma revolução liderada por militares pôs fim a ele e começou um processo de democratização. A estabilização do regime democrático foi alcançada em meados dos anos 80 e coincidiu com a adesão nacional à Comunidade Européia (CRUZ, 2000, p. 123). Esse período deu um impulso considerável para a modernização Portuguesa, que teve vários efeitos da economia à sociedade: temos assistido a uma mudança rápida, que promoveu uma espécie de passagem direta de uma sociedade pré-moderna a uma sociedade associada à modernidade tardia, mas com várias contradições relacionadas à quase inexistência de uma fase intermediária.

No entanto, no longo período da ditadura (1926-1974), há diferentes momentos em termos políticos e econômicos, que têm forte impacto sobre a habitação. Há um primeiro período que corresponde à consolidação da ditadura política, que é reificado pela correspondente Constituição, promulgada em 1933. Até então havia pouca intervenção pública no setor da habitação. Há então um segundo momento que foi marcado por uma forte intervenção que foi, porém, quase centrada na cidade de Lisboa. De fato, Lisboa teve um enorme valor, uma vez que foi considerada a capital do Império Português, que era constituída por diferentes colônias, sendo as mais importantes as Africanas como Angola e Moçambique. Essa primeira onda de intervenção pública sobre a habitação tinha basicamente três efeitos, como que admitindo a existência de três diferentes "Portugais", pensados de um modo hierárquico: a) um Portugal menor, constituído pela população excluída e que deveria ser domesticada e doutrinada através do Programa de Casas Desmontáveis, b) um Portugal contido, formado por aqueles pertencentes às corporações protegidas pelo Estado e que merecem uma espécie de prêmio de fidelidade através do Programa de Habitação Econômica, c) um Portugal Imperial correspondente às elites, para quem era urgente construir um tipo específico de habitação

³ Católico.

(promovida pela iniciativa privada, mas completamente regulada pelo setor público), diferente do bem promíscuo "gaioleiro", e que poderia materializar, tanto em termos morfológicos quanto estéticos, o lado superior do programa ideológico "Estado Novo".

Apenas os dois primeiros programas foram promovidos diretamente pelo Estado, e ambos foram inspirados nas soluções conservadoras de habitação para a classe operária desenvolvidas no século XIX. No final da década de 1940, houve uma nova mudança dentro dessa intervenção pública, como resultado da Segunda Guerra Mundial, que aumentou os preços dos materiais utilizados na construção. Esta foi essencialmente realizada através de soluções dirigidas ao segundo Portugal, o das classes médias. De fato, se o Programa de Habitação Econômica pressupunha uma intervenção centrada na habitação individual - a única solução permitida na época aos proprietários particulares de suas casas -, a nova realidade provou a irracionalidade da solução: uma solução economicamente insustentável. Portanto, a repudiada ideia anterior de habitação coletiva se tornou a opção mais realista, algo que seria materializado através do Programa de Habitação Econômica de Aluguel.

Esse é precisamente o momento em que a matriz doméstica moderna entra no setor público, algo que começa num processo de generalização progressiva da sua influência, não só sobre a habitação pública, mas também no mercado privado. Se esse primeiro momento da entrada do Movimento Moderno sobre a habitação pública é essencialmente centrado sobre a estrutura doméstica e sobre a adoção de métodos científicos de programação do espaço, a fim de otimizar os recursos ou a racionalização (do espaço em si até os materiais), a década de 60 revela o pressuposto de que houve uma grande adesão ao espírito da Carta de Atenas. Mas essa mudança nos princípios de programação da habitação pública não é desprovida de sentido. Na verdade, ela revela as diferentes fases da autocracia. Portanto, seu maior impacto foi alcançado na primeira fase, 1933-1945, quando o quadro jurídico e institucional do regime social corporativo foi criado (CRUZ, 1988, p.41). Durante esse período, o espaço residencial era, de fato, concebido como uma fonte material, por excelência, para a reificação do quadro ideológico procurado pelo regime. O desenvolvimento do Programa de Habitação Econômica de Aluguel, que começou no final de 1940 revela os primeiros sinais de enfraquecimento da componente ideológica do regime, uma vez que começou a ser substituído lentamente por outro tecnicamente emergente (BAPTISTA, 1996). Nos anos 60, essa abordagem já é dominante. A década de 1960 tem em si as raízes da destruição inevitável do regime, algo que teve diferentes expressões, com diferentes níveis de visibilidade: das mais óbvias crises estudantis até os princípios programáticos da habitação menos compreensíveis. Na verdade, como vamos explicar adiante, a matriz moderna traz, sob a sua especialidade, um propósito revolucionário ou um Estado democrático. Portanto, o espaço residencial era politicamente precursor, através da implementação de uma matriz de habitação com princípios de democratização, incorporada antes da implementação efetiva da democracia, que só aconteceria em 1974.

Sob a forma da individualização

Os resultados aqui apresentados estão relacionados apenas às três últimas décadas do século XX e para o setor privado de bens imóveis. No entanto, é indispensável se referir a esses dois tipos particulares que têm caracterizado o setor privado ao longo da primeira metade do século: "gaioleiro" e do "Estado Novo" ou o tipo particular de regime (ver Figura 2). O "gaioleiro" é um dos tipos de habitação mais emblemáticos até 1930, essencialmente destinado à burguesia e podendo ser retomado nos seguintes termos:

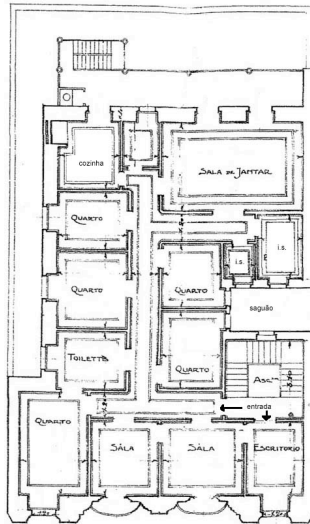


Figura 2. Layout apartamento Gaioleiro. Fonte: APPLETON, 2001, p.29.

- i. Distinção entre a fachada frontal e a parte de trás: a) formal - materiais nobres utilizados na fachada / materiais inúteis utilizados na parte traseira; b) funcional - a fachada está relacionada com momentos extraordinários e as costas é o lugar onde ocorre o cotidiano familiar, c) simbólico - a fachada reifica as aspirações sociais da família (a aparência) e as costas representam a sua essência;
- ii. Estrutura do edifício e da habitação condicionadas pelas condições urbanísticas e técnicas: estreitos e muito profundos;
- iii. Divisão do espaço doméstico interior através do gênero e de critérios de autoridade: a) fachada: 1º espaço masculino = escritório ou saleta, o compartimento que fica nas proximidades da entrada da casa e tem uma porta que confere ao "chefe de família" a autonomia necessária; 2º O espaço familiar representacional = sala de estar, sala proibida para as crianças e reservada para visitas, que funcionava para sublinhar o estatuto social atingido ou projetado pela família; 3º espaço feminino = *toilette* (ipsis verbis), um espaço merecido para a mulher da alta burguesia, cujo modo de vida era definido por referência à sociedade francesa, onde o culto à aparência feminina era um valor fundamental; b) fundos: cozinha - espaço feminino, sala de jantar - espaço familiar informal.

iv. Sub-valorização do setor privado (quartos) com a sua localização entre as duas zonas, o que evidencia a importância relativamente pequena do indivíduo dentro da família burguesa do início do século 20.

O tipo "Estado Novo" (ver Figura 3) ou o tipo particular do regime define um estilo Português distinto, inspirado na arquitetura dos períodos magníficos da história portuguesa. Além disso, ele executa a reestruturação do espaço interior através de uma importação parcial dos princípios da arquitetura moderna, com um triplo objetivo:

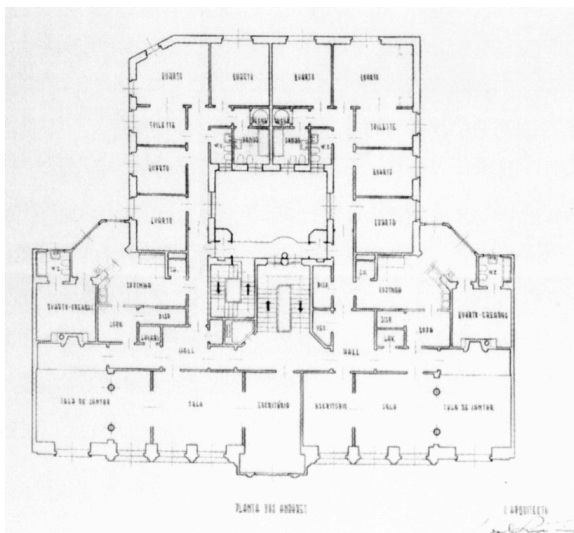


Figura 3. Layout de apartamento do Estado Novo. Fonte: PEREIRA, 2011, p.28.

- i. Criar as condições para a institucionalização da família nuclear, algo que pressupõe o seu próprio fechamento. Pela institucionalização nos referimos a um modelo de família conceituada por Burgess e Locke em 1945 e definida por "relações hierarquizadas entre parceiros, a submissão do indivíduo aos interesses do grupo, a diferenciação dos papéis entre os sexos, uma afetividade morna." ⁴ (ROUSSEL, 1992, p.90).
- ii. Criar as condições para a domesticação das mulheres. Com isso, referimo-nos à intenção do regime de ancorar as mulheres ao espaço doméstico, de modo a criar as condições materiais exigidas pelo seu ideal feminino, caracterizado por uma tripla função: esposa, mãe e dona de casa.
- iii. Formalizar e clarificar as hierarquias sociais internas, algo que não existia no modelo anterior, onde era visível uma espécie de promiscuidade entre a família e os seus empregados.

Assim, para o cumprimento desse triplo objetivo, o tipo "Estado Novo" incorporará da Matrix Moderna dois aspectos fundamentais: a) a introdução de elementos nodais que fazem a transição entre o público e o privado (o hall de entrada e vestíbulos); b) a lógica racionalista do espaço doméstico, que se organiza em três setores principais, o social, os serviços (cozinha

⁴ Traduzido do francês: "des relations hiérarchisées entre partenaires, la soumission de l'individu aux intérêts du groupe, la différenciation des rôles entre les sexes, une affectivité tiède" (ROUSSEL, 1992, p.90).

e espaços relacionados) e o íntimo, que congrega os quartos e os banheiros, que se tornam mais segregados em relação à entrada (AMORIM, 1997). Mas a lógica de simplificação que define a matriz moderna é, nesse momento, voluntariamente ignorada, uma vez que negam completamente tal propósito triplo. Assim, se a clara separação destes três setores viabiliza a privatização da vida familiar, o desenvolvimento de um setor bastante complexo dos serviços - com a introdução, por exemplo, do quarto de empregada e banheiro que não existiam antes, além de ter uma passagem exclusiva da cozinha, localizada no espaço mais segregado do setor íntimo - materializa de uma só vez o reforço das hierarquias sociais internas e as condições do espaço que permitem que as mulheres sejam profissionais do espaço doméstico. Por outro lado, ele reproduz a mesma complexidade que caracterizava o setor social dos modelos anteriores, com a sua partição em três espaços: uma sala mais masculina (o escritório localizado nas proximidades da entrada), uma outra mais formal e representativa (a sala de estar entre esses dois) e um espaço mais acolhedor e privado visando a vida familiar atual (a sala de jantar, localizado no ponto mais extremo em relação à entrada).

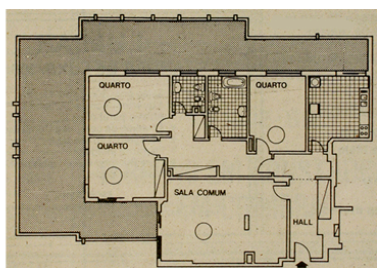
Depois desses parênteses, podemos apresentar nossos resultados de forma mais consistente. Na sequência de nossos procedimentos metodológicos que apontavam para uma sistematização prévia das 70 plantas incluídas no "Expresso", coletadas em propagandas de 1973-1999, chegamos a um sistema de tipologias do espaço doméstico composto por seis tipos. Então, categorizamos cada uma das plantas da amostra de acordo com essas tipologias e, após isso, desenvolvemos o tratamento estatístico. Os critérios tipológicos adotados para a construção de cada sistema de espaços domésticos são a definição de diferentes lógicas utilizadas na estruturação dos setores, tanto isolados como todo o sistema: social, serviços e íntimo. Nosso ponto de partida é a matriz do tipo moderno puro, tipo 1. Esse tipo surgiu em Portugal no final dos anos 40 no setor público. O Movimento Moderno internacional na arquitetura teve um duplo objetivo: por um lado, um projeto social que seria capaz de concretizar os ideais da modernidade através do espaço, ideais como a emancipação, a democratização, racionalização e, por outro lado, um projeto destinado a reforçar a posição da arquitetura, em uma sociedade progressivamente especializada em meios científicos e técnicos (PEREIRA, 2004). Na verdade, o conteúdo desse projeto social revela um sistema espacial doméstico específico que aponta para uma passagem da "família instituição" para a "família companheirismo", ambas conceituadas por Burgess e Locke. Roussel, na tentativa de "resolver o caráter excessivamente dicotomizado desses dois modelos, alargou seu espectro normativo, através da introdução de quatro modelos: sobre o lado mais tradicionalista, podemos encontrar a "família instituição" e a "família aliança"; sobre o lado mais moderno, podemos encontrar a "família fusão" e a "família associação" ou "família clube" (ABOIM, 2006, p.172).

Devemos concentrar-nos sobre esse segundo lado, o modernista, uma vez que a matriz moderna pura é uma estrutura espacial que mostra uma forte proximidade com o modelo de família fusão. Ambos os modelos da família moderna são distintas das tradicionais, porque

introduzem na vida familiar novos princípios de democracia e informalidade. Mas, se o modelo fusão é essencialmente "coletivista", no qual prevalece uma atmosfera congregacional, o modelo associação comprova o pressuposto do indivíduo e o fortalecimento de ideias, como a autonomia ou realização pessoal. Se, no seio da família fusão a felicidade de cada um dos seus membros é uma consequência da felicidade do conjunto, no seio da família associação a felicidade do conjunto é consequência da felicidade de cada um de seus membros. Assim, as especificidades da matriz moderna pura (tipo 1) que justificam a sua associação com o modelo de família fusão são as seguintes:

- i. concentra a área habitável, algo que torna a vida familiar cada vez mais confluyente, reduzindo as possibilidades de distância espacial entre os indivíduos (ver Figura 4);
- ii. elege a sala como o espaço fundamental, pondo fim à separação de funções no setor social; essa sala de estar reúne as atividades "coletivas" de todos os membros da família, reificando a supremacia do todo (da família), que supostamente foi unificado, sobre os seus elementos (indivíduos);
- iii. simplifica o setor de serviços - com a introdução da "cozinha laboratório", ou com a remoção de outras funções que faziam parte dele, como o quarto de empregada ou a despensa - que se torna próximo do setor social, algo que contribui para "libertar" a mulher e, de certa forma, reduz a divisão sexual dos espaços e, conseqüentemente, a divisão de papéis entre o casal;
- iv. dá uma configuração igualitária para o setor íntimo, que mostra certa concepção de indivíduos mais indiferenciada em termos de poder.

TIPO 1- MATRIZ MODERNA PURA



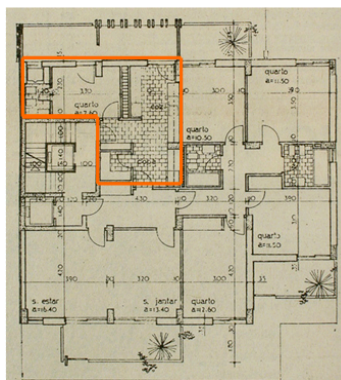
A- ORGANIZAÇÃO DA CASA EM TRÊS SECTORES – SOCIAL, SERVIÇOS E PRIVADO – DE COMPOSIÇÃO ELEMENTAR:

1. Sector Social: sala comum
2. Sector Serviços: cozinha
3. Sector Privado: quartos indiferenciados, partilhando a mesma casa de banho

B- CONFIGURAÇÃO:

1. Centralidade da Sala Comum
2. Relação de proximidade entre a Sala Comum e a Cozinha
3. Segregação do Sector Privado

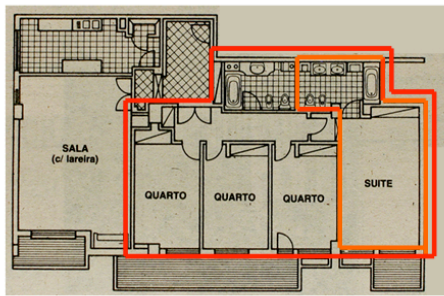
TIPO 2- TRANSIÇÃO TRADICIONAL - MODERNO



REPRODUÇÃO DA MATRIZ MODERNA PURA COM MANUTENÇÃO DE SECTOR DOS SERVIÇOS COMPLEXO, HERDADO DO TIPO TRADICIONAL:

1. Sector social:
 - 1.1 Agregado: Sala Comum
 - 1.2 Compartimentado: Sala de Jantar e sala de estar
2. Sector Serviços: cozinha, quarto de "criada" e respectivo WC, e, eventualmente copa, duplicação de entradas (serviço e social)
3. Sector Privado: igual ao da matriz moderna

TIPO 3- PRIVATIZAÇÃO CONJUGAL CONTÍGUA



MANUTENÇÃO DA MATRIZ MODERNA COM DESENVOLVIMENTO DO SECTOR PRIVADO CENTRADO EXCLUSIVAMENTE NA ÁREA CONJUGAL:

1. Sector Social: sala comum
2. Sector Serviços: cozinha
3. Sector Privado: suite conjugal e restantes quartos indiferenciados, partilhando o mesmo WC

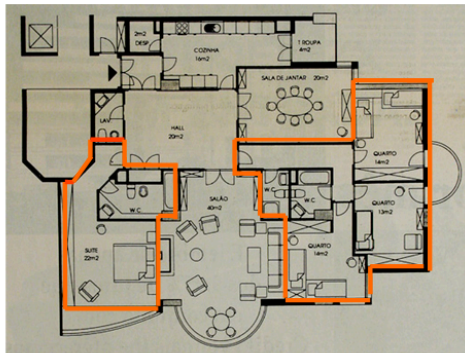
TIPO 4- PRIVATIZAÇÃO GENÉRICA CONTÍGUA



MANUTENÇÃO DA MATRIZ MODERNA COM DESENVOLVIMENTO DO SECTOR PRIVADO TENDENCIALMENTE GENERALIZADO AOS VÁRIOS ELEMENTOS DO AGREGADO:

1. Sector Social: sala comum e lavabo social
2. Sector Serviços: cozinha
3. Sector Privado: multiplicação de suites

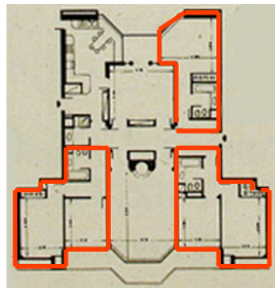
TIPO 5 - PRIVATIZAÇÃO CONJUGAL RADICALIZADA



MANUTENÇÃO PARCIAL DA MATRIZ MODERNA COM FRAGMENTAÇÃO PARCIAL DO SECTOR PRIVADO POR VIA DA AUTONOMIZAÇÃO DA SUITE CONJUGAL:

1. Sector Social:
 - 1.1- Agregado: sala comum
 - 1.2- Compartimentado: sala de estar e sala de jantar
2. Sector Serviços: cozinha
3. Sector Privado: fragmentado em duas zonas –
 - 3.1 - Suite conjugal
 - 3.2 – Conjunto de Quartos Indiferenciados, partilhando WC

TIPO 6- PRIVATIZAÇÃO GENÉRICA RADICALIZADA



RUPTURA COM A MATRIZ MODERNA POR VIA DO DESAPARECIMENTO DO SECTOR PRIVADO ENQUANTO UNIDADE AUTONOMIZAÇÃO E COMPLEXIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS PRIVADOS DE CADA ELEMENTO DO AGREGADO: multiplicação das suites que passam a assumir um estatuto autónomo

Figura 4. Tipologia dos sistemas espaciais domésticos (Fonte: todos os layouts dos anúncios publicados no Expresso).

Apesar de ter seleccionado a matriz moderna pura como uma espécie de "marco zero" da nossa tipologia, devido à sua centralidade como referência da maioria das habitações construídas pelo menos a partir dos anos 40, ele só aparece como o tipo dominante dentro do setor privado na década de 80. Consciente da pequena dimensão da nossa amostra, que não

permite uma generalização dos resultados, é possível, contudo, apresentar algumas hipóteses. O período pós-revolução (25 de abril de 1974) não lança uma mudança imediata para a democratização dos tipos de habitação oferecidos no mercado. Assim, e apesar de não serem representativos devido ao pequeno número de plantas coletadas nesse período (5 plantas, sendo duas deles anteriores ao dia da Revolução), os dados mostram que o **tipo 2**, a transição **tradicional-moderno**, iria sobreviver à revolução.

Na verdade, esse tipo surgiu no setor privado na década de 1950, e tornou-se dominante na década de 60. É um tipo híbrido que otimiza alguns aspectos da matriz moderna pura, que cresceu dentro do setor público, com alguns outros mais tradicionais, que foram inspiradas no tipo "Estado Novo". Assim, a adoção parcial da matriz moderna pura é relativa à racionalização dos espaços realizada através da adoção de ambos: uma planta (prédio e do apartamento) com um formato quadrado ou retangular, e da lógica de organização dos setores do espaço doméstico. No entanto, ele mantém o mesmo setor de serviços complexos, que foi introduzido pelo tipo particular do regime. Se para a área do quarto há uma reprodução geral da mesma simplicidade da matriz moderna, para o seu setor social isso não é verdade: apesar da progressiva generalização da sala, ainda há uma manutenção frequente de uma divisória entre a sala de jantar e a sala de recepção, apesar de posicionados um ao lado do outro. Mas mesmo quando há uma fusão desses dois ambientes, existe a necessidade de distinguir essas duas funções domésticas através da introdução de alguns elementos mais ou menos flexíveis, tais como uma porta ou uma meia parede. Esse tipo tem ainda outro aspecto que merece alguns comentários e que se refere ao setor de serviços, que pode assumir duas configurações diferentes: **rígida ou flexível**. A primeira refere-se à situação em que o acesso ao quarto de empregada é feito exclusivamente através da cozinha; a segunda, mais flexível, compreende aquelas situações nas quais se dá autonomia ao quarto de empregada, o que significa que o seu acesso torna-se integrado num vestíbulo comum, mesmo que localizado nas proximidades da cozinha. Isto não implica necessariamente o reconhecimento dos direitos da empregada doméstica. No entanto, o pressuposto da flexibilidade agregada a esta área é um forte sinal da duplicidade no uso do espaço doméstico, que revela um momento de mudança social: não abolir de uma vez, a possibilidade de ter uma empregada doméstica mas, ao mesmo tempo, permitir transformá-lo em mais um quarto para algum elemento da família nuclear. Portanto, a adesão incompleta à matriz moderna pelos promotores privados ao longo da década de 60 revela o seguinte pressuposto: houve uma percepção, mais ou menos consciente, da inadequação de um modelo que simplificava extremamente a vida doméstica, provavelmente não racionalmente percebido em seus pressupostos democráticos. Enfim, esse modelo não se encaixa em uma sociedade que, apesar de ser mais aberta do que era antes, não compartilha um desejo hegemônico de democracia. Na verdade, a maioria da população não tinha nenhuma visão política precisa, porque não havia níveis altos de alfabetização. Além disso, a crítica mais geral à autocracia seria uma consequência direta da guerra colonial, que começou em 1961, e que teria um impacto direto na vida privada das famílias. Quanto ao período pós-

revolucionário e, como já dissemos antes, o **tipo de transição tradicional-moderno** é o dominante, sendo apenas suplantado pela matriz pura moderna na década de 80. Esse fato é compreensível a partir de dois argumentos: por um lado, a longa duração do processo de produção da habitação, que aumenta a probabilidade de obsolescência de um produto que é projetado em três anos (período médio) antes de serem concluídos; por outro lado, a incorporação imobiliária sofreu uma espécie de torpor ao longo desse período, como resultado de um ambiente político e econômico hostil à iniciativa privada. No entanto, a década de 1980 representa a recuperação do mercado imobiliário, que teve início, durante os anos 1960, com o começo da indústria do turismo no Algarve e a expansão da periferia de Lisboa. Mas as mudanças que irão determinar a habitação a partir de agora serão muito mais radicais no que diz respeito à construção e ao ambiente residencial do que dentro do apartamento. Aqui, nós identificamos um caminho de continuidade da matriz moderna pura: não há nenhum novo tipo de função que justifica o desenvolvimento de ambientes inovadores e a lógica dos setores é mantida. Assim, o **tipo 6 - a privatização genérica radicalizada**, que pressupõe um rompimento com o desmantelamento do setor privado e sua atomização, tem apenas 1 caso.

| | ANOS 1970 | 1980 - 1985 | 1986 - 1989 | 1990 - 1992 | 1993 - 1995 | 1996 - 1999 | TOTAL |
|---|--------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|-----------|
| tipo 1: matriz moderna pura | 1 | 4 | - | 5 | 3 | 2 | 15 |
| tipo 2: transição tradicional- moderno | 4 | - | - | - | - | - | 4 |
| tipo 3: privatização conjugal contígua | - | 3 | 2 | 14 | 19 | - | 38 |
| tipo 4: privatização genérica contígua | - | - | - | 3 | 2 | 5 | 10 |
| tipo 5: privatização conjugal radicalizada | - | - | - | 1 | 1 | - | 2 |
| tipo 6: privatização genérica radicalizada | - | - | 1 | - | - | - | 1 |
| TOTAL | 5 | 7 | 3 | 23 | 25 | 7 | 70 |

Tabela 1. Frequência de tipos de sistemas de espaços domésticos.

Mesmo assim, esse caminho de continuidade contém um novo aspecto que torna uma posição dominante: o estabelecimento de condições espaciais que permitam o reforço da privatização na vida doméstica. Isso significa que há um investimento no setor privado da habitação, tanto através da introdução do quarto, com banheiro exclusivo, e a generalização do WC social, que

impede as visitas de entrarem no espaço íntimo da família. Em um primeiro momento, o fortalecimento da intimidade é exclusivamente dirigido ao casal, cujo quarto fica localizado na parte mais segregada do setor privado - tipo 3 ou a **privatização conjugal contígua**. Esse tipo aparece na década de 1980, em uma espécie de competição com a matriz moderna pura, que suplanta totalmente o tipo 2 - a transição tradicional-moderno - por esse período. Na verdade, o tipo 3 se torna dominante na década de 90, representando mais da metade das plantas analisadas: **38**. A escolha do casal como o alvo privilegiado desse processo de privatização pressupõe, mas não necessariamente de forma racionalizada, a transformação da intimidade e da centralidade do amor confluyente (GIDDENS, 1995, p.41) nas sociedades contemporâneas. Mas a hipótese extrema desse princípio é alcançada com o **tipo 5 – privatização conjugal radicalizada**, que apresenta uma fragmentação parcial do setor privado. Assim, esse tipo libera o quarto do casal (e seu banheiro) do conjunto dos quartos e dá a ele autonomia, como se fosse um novo setor doméstico. No entanto, esse é um tipo que não tem nenhuma expressão na nossa amostra.

Numa segunda fase, assistimos a uma generalização do princípio de privatização contínua presente no tipo 3. Isso se torna perceptível na multiplicação do número de quartos que incluem um banheiro e se refere ao **tipo 4 – privatização genérica contígua**. Na verdade, acreditamos que esse tipo será o dominante em um futuro próximo, principalmente no que diz respeito a apartamentos maiores. Esta crença resulta, em parte, da seguinte ideia: as razões que explicam esta tendência de homogeneidade do tipo 3 devem ser procuradas no *modus operandi* da maioria dos construtores de habitação. Há três aspectos, interdependentes, que são centrais e que retiram qualquer presunção sobre o fato de que as mudanças no tipo de habitação acabariam por resultar de um conhecimento completo das transformações sociais por parte dos seus construtores: a) os investimentos para o diagnóstico da demanda e do planejamento do produto são feitos com os vendedores, que transmitem sua sensibilidade no mercado ou, em alguns casos, há um rápido levantamento do entorno, a fim de ter algum tipo de informação sobre os produtos com mais probabilidade de serem mais facilmente vendidos; b) a competitividade é realizada através da imitação da produção das empresas rivais, as que são consideradas bem sucedidas no mercado; c) finalmente, os construtores sustentam uma lógica quantitativa de análise social, com dois resultados: a diversificação dos apartamentos com diferentes tamanhos, especialmente pelo aumento dos menores (um ou dois quartos), que responderiam à diminuição da dimensão média das famílias e para o crescimento do número de famílias unipessoais; a multiplicação das soluções que tiveram boa aceitação, como o quarto com banheiro ou o WC social. Se a concepção do amor nas sociedades contemporâneas tem sido tratada por diversos autores, de Luhman à Bauman, seu desenvolvimento depende de um processo compreendendo: a individualização, que já estava presente no conceito clássico de *Gesellschaft*. Para citar Lash (1993, p.18), no contexto de individualização "a estrutura força a agência a ser livre". Na verdade, se as relações emocionais são hoje mais livres e impugnáveis, isso acontece porque eles são um componente

das biografias performáticas resultantes de um contexto de porosidade das instituições (WUTHNOW, 1999), que obriga os indivíduos a escolher. A individualização é, portanto, visível no **tipo 4 – privatização genérica contígua**, pois reforça as condições para a autonomia individual. De fato, esse tipo pressupõe as condições espaciais para o desenvolvimento do modelo "família associação" conceituado por Roussel, no qual a autonomia individual suplanta o *modus vivendi* fusional. Além disso, o investimento em banheiros pode ser um sintoma de valorização do corpo nas sociedades da Modernidade Tardia (TURNER, 1992; SYNNOT, 1993). No entanto, esse investimento não parece seguir a sofisticação geral das condições de satisfação com o corpo, algo completamente assumido pela indústria do lazer.

Considerações finais

A homogeneidade que define a grande maioria dos tipos de habitação fornecida não pressupõe uma homogeneidade equivalente na vida social. A principal razão para essa afirmação é o pressuposto de que o espaço não é uma variável independente, mas uma expressão e um recurso de uma formação social específica para o qual concorrem vários fatores, tais como culturais, econômicos e políticos. Além disso, o "consumo" do espaço ou, para ser mais preciso, o uso do espaço doméstico não reflete as intenções mais ou menos reflexivas, em sua concepção presumida, já que há uma inevitável renegociação dos seus significados que resulta das idiossincrasias sociais e culturais dos indivíduos (FEATHERSTONE, 1997, p.94).

Na verdade, a supremacia de tipos de habitação com sistemas domésticos espaciais que personificam orientações normativas mais democráticas está longe de produzir ambientes familiares semelhantes ou representações sociais hegemônicas. No que diz respeito a essa questão, vários estudos têm demonstrado uma enorme diversidade de situações em que coexistem orientações normativas que deveriam ser sequenciais: junto às famílias com um perfil mais congregacional, existem outras mais centradas na autonomia individual, e mesmo aquelas que assumem uma condição "híbrida"; ao lado de situações que revelam um nível superior de democracia, no seio das relações familiares e do casal, há outras muito mais ligadas ao figurino institucional (ABOIM; WALL, 2002; ABOIM, 2005). Mas esse é, afinal, um sintoma da natureza paradoxal da Modernidade Tardia em Portugal. Enfim, a pesquisa revela uma oferta homogênea que não contempla toda a mudança cultural ocorrida na sociedade portuguesa.

Referências bibliográficas

ABOIM, S.; WALL, K. Tipos de família: interações, valores e contextos. **Análise Social**, nº 163, p.475-506.

ABOIM, S. As orientações normativas da conjugalidade. In: WALL, K. **Famílias no Portugal contemporâneo**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais/ICS, 2005.

- ABOIM, S. **Conjugalidades em mudança**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006.
- AMORIM, L. The sectors' paradigm: understanding modern functionalism and its effects in configuring domestic space. In: MAJOR, M.; AMORIM, L; DUFAUX, F. (ed). **Proceedings of the Space Syntax First International Symposium**. UCL, London, v. 2, 1997, p.18.1-18.13.
- APPLETON, J. G. **A reabilitação de edifícios "gaioleiros"**: estudo de um quarteirão nas Avenidas Novas. Dissertação (Mestrado). Instituto Superior Técnico, Lisboa, 2001.
- BAPTISTA, L. V. **A Cidade em reinvenção**: crescimento urbano e emergência das políticas de habitação social: Lisboa Século XX. Ph.D. Sociologia / FCSH-UNL, 1996.
- BAWIN-LEGROS, B. Families in Europe: a private and political stake – intimacy and solidarity. **Current Sociology**, n.49, 2001, p.49-65.
- CASTRO, A. As construções dos emigrantes e a legitimidade de uma estética singular. **Sociedade e Território**, nº 25/26, 1998, p.80.
- CRUZ, M. B. **O Partido e o Estado no Salazarismo**. Lisboa: Presença, 1988.
- CRUZ, M. B. A evolução da Democracia Portuguesa. In: PINTO, A. C. (coord.). **Portugal contemporâneo**. Madrid: Sequitur, 2000.
- FEATHERSTONE, M. Culturas globais e culturas locais. In: FORTUNA, C. (org.) **Cidade, cultura e globalização**. Celta: Oeiras, 1997.
- FERREIRA, A. F.; GUERRA, I; MATIAS, N.; STUSSI, R. **Perfil social e estratégias do clandestino**: estudo sociológico da habitação clandestina na região de Lisboa. Lisboa: CIES, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 1985.
- FERREIRA, A. F.; GUERRA, I.; PINTO, T. C. L'usage et l'appropriation du Logement a Telheiras. **Sociedade e Território**, nº Especial, 1990, p.43-51.
- FERREIRA, M. J. et. al. Condomínios habitacionais fechados: utopias e realidades. **Série Estudos**, nº4, Portugal: Centro de Estudos de Geografia e Planeamento Regional- UNL, 2001.
- FREITAS, M. J. Pensar os espaços domésticos de realojamento. **Sociedade e Território**, nº 25/26, 1998, p.150-161.
- GIDDENS, A. **Transformações da intimidade**: sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. Oeiras: Celta, 1995.
- GROS, M. Pequena história do alojamento social em Portugal. **Sociedade e Território**, nº 20, 1994, p.80-100.
- JANARRA, P. **A política urbanística e de habitação social no Estado Novo**. Dissertação (Mestrado), Sociologia, ISCTE, Lisboa, 1994.

LASH, S.. Reflexive modernization: the aesthetic dimension. **Theory, Culture and Society**, v. 10, 1993, p.9-65.

LAWRENCE, R. J. **Housing, dwellings and homes**: design theory, research and practice. Nova Iorque: John Wiley & Sons, 1987.

LAWRENCE, R. J. Type as analytical tool: reinterpretation and application. In: K.A. FRANCK; L.H. SCNEEKLOTH (ed.). **Ordering space**: types in architecture and design. Nova Iorque: Van Nostrand Reinhold, 1994, p.271-287.

PEREIRA, S. M. Pressupostos ideológicos da casa actual: o espaço como veículo do ideário moderno. **Cidades**, nº 8, 2004, p.77-93.

PEREIRA, S. M. Cenários do espaço doméstico: modos de habitar. In: MATTOSO, J. (dir.); ALMEIDA, A. N. de A. (coord.). **História da Vida Privada em Portugal**. Os Nossos Dias. Lisboa: Círculo de Leitores, 2011, p.16-47.

PINTO, T. C. Modelos de habitat, modos de habitar: o caso da construção clandestina do habitat. **Sociedade e Território**, nº 25/26, 1998, p.32-44.

RAPOSO, R. **Novas paisagens**: a produção social de condomínios fechados na Área Metropolitana de Lisboa. Tese (Doutorado), Sociologia Económica e das Organizações, ISEG/UTL, Lisboa, 2002.

ROUSSEL, L. Les types de famille. In: F. SINGLY. (org.). **La famille**: l'état des savoirs. Paris: La Découverte, 1992.

SYNNOT, A. **The body social**: symbolism, self and society. London: Routledge, 1993.

TURNER, B. S. **Regulating Bodies**. London: Routledge, 1992.

VILLANOVA, R.; LEITE, C.; RAPOSO, I. **Casas de sonhos**: emigrantes construtores no norte de Portugal. Lisboa: Salamandra, 1995.

WUTHNOW, R. The culture of discontent: Democratic Liberalism and the challenge of diversity in Late-Twentieth-Century. In: NEIL, S. J.; ALEXANDER, J. C. (ed.). **Diversity and its discontents**: cultural conflict and common ground in contemporary American Society. New Jersey: Princeton University Press, 1999.